

HABEAS CORPUS Nº 530.048 - SP (2019/0257263-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BENNO BUCHMAN - SP210745
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONALDO DOS SANTOS BELIZARIO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RONALDO DOS SANTOS BELIZARIO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0009325-37.2016.8.26.0099).

Depreende-se dos autos que o paciente e o corréu foram condenados, "*como incurso nas sanções do artigo 155, § 4º, inciso IV, do Código Penal, à pena de 2 (dois) anos de detenção, em regime aberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa*" (e-STJ fl. 34), e, na mesma oportunidade, a reprimenda privativa de liberdade foi substituída por duas restritivas de direitos (e-STJ fls. 34/35), bem como foi garantido aos apenados o direito de recorrer em liberdade.

Interposta apelação defensiva, "*pretendendo o reconhecimento da modalidade privilegiada do delito, com a posterior redução das penas aplicadas no patamar de 2/3 ou ainda a fixação isolada da pena de multa*" (e-STJ fl. 15), o Tribunal de origem negou-lhe provimento.

Recebeu o acórdão esta ementa (e-STJ fl. 14):

Apelação da Defesa — Furto qualificado — Réu presos em flagrante em poder dos bens subtraídos — Confissão em Juízo — Concurso de agentes inquestionável, ante a atuação conjunta dos acusados — Penas-base fixadas no mínimo legal, a despeito dos maus antecedentes dos réus — Circunstância atenuante da confissão espontânea reconhecida, mas sem reflexo nas penas, a teor da Súmula 231 do STJ — Reconhecida a modalidade privilegiada do delito, com a substituição das penas de reclusão por penas de detenção, fixação do regime inicial aberto e substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos — Benesses mantidas ante o conformismo da acusação, vedada a concessão em maior extensão — Réus que possuem maus antecedentes e ostentam

Superior Tribunal de Justiça

condenações anteriores pela prática de delitos contra o patrimônio — Privilégio que se destina ao indivíduo primário, sem prévio envolvimento com atividades criminosas — Recursos de apelação desprovidos.

Neste writ, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo reafirma as teses suscitadas na origem, alegando que a existência de maus antecedentes não poderia ser utilizada para não conceder o privilégio na forma de pagamento isolado de multa.

Requer, portanto, "*a concessão da medida liminar em voga, de modo que não seja certificado o trânsito em julgado do acórdão condenatório para o paciente, autorizando-se assim que ele não inicie o cumprimento das restritivas de direitos ora aplicadas*" (e-STJ fl. 10).

No mérito, pede "*seja determinada a substituição da privativa de liberdade exclusivamente por multa em favor do paciente, nos termos do artigo 155, §2º, terceira parte, do Código Penal. Subsidiariamente, não sendo este o duto entendimento adotado por este Superior Tribunal de Justiça, requer-se a redução da pena corporal em 2/3 (dois terços)*" – e-STJ fl. 11.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 82/84.

Prestadas informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem (e-STJ fls. 125/127).

É o relatório.

Para o reconhecimento da figura privilegiada do furto, prevista no § 2º do art. 155 do Código Penal, a jurisprudência estabeleceu o parâmetro de um salário mínimo para aferir o pequeno valor da coisa.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. WRIT SUBSTITUTIVO. FURTO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA. VALOR DA RES FURTIVA. ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO. IMPOSSIBILIDADE. FURTO PRIVILEGIADO. INCIDÊNCIA. ALTERNATIVAS DO ART. 155, § 2º, DO CÓDIGO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. SUBSTITUIÇÃO POR MULTA. POSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO.

[...]

4. O reconhecimento do privilégio legal - direito subjetivo do réu - exige a conjugação de dois requisitos objetivos, consubstanciados na primariedade e no pequeno valor da coisa furtada, que, na linha do entendimento pacificado neste Superior Tribunal, deve ter como parâmetro o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos.

5. A Terceira Seção desta Corte Superior consolidou o entendimento, no julgamento dos Recursos Especiais Representativos de Controvérsia n. 1.193.932/MG, 1.193.558/MG, 1.193.554/MG e 1.193.194/MG, submetidos ao rito do art. 543-C do CPC, de que o privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal pode ser aplicado mesmo quando o acusado for condenado pela prática de furto qualificado. Súmula n. 511 do STJ.

6. A aplicação da minorante abre um leque de possibilidades para o magistrado, que deve fundamentar a escolha que faz entre as alternativas legais: a) substituir a pena de reclusão por detenção; b) diminuir a pena privativa de liberdade de um a dois terços; c) aplicar somente a pena de multa.

7. Diante da ausência de elementos que permitam identificar maior gravidade e reprovabilidade na conduta do paciente (tanto que a pena-base foi imposta no mínimo legal), deve a pena privativa de liberdade ser substituída por multa, a ser estabelecida pelo Juízo da execução, conforme os parâmetros do art. 60 do Código Penal.

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para, reconhecida a incidência do privilégio descrito no art. 155, § 2º, do Código Penal, determinar a substituição da pena privativa de liberdade imposta ao paciente por multa, cujo valor será determinado pelo Juízo da execução. (HC 332.395/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016, grifei.)

O reconhecimento do privilégio autoriza o magistrado a escolher, de forma fundamentada, entre as seguintes alternativas legais: a) substituir a pena de reclusão por detenção; b) diminuir a pena privativa de liberdade de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços); e c) aplicar somente a pena de multa.

De fato, o benefício previsto no art. 155, § 2º, do Código Penal apresenta como requisitos apenas a primariedade do acusado e o pequeno valor do bem subtraído, assim considerado aquele inferior ao salário mínimo vigente ao tempo dos acontecimentos.

No entanto, para que se possa aferir acerca da alternativa adequada a cada hipótese, deve-se avaliar se, no caso vertente, houve ou não fundamentação concreta para tanto. E, *in casu*, a sentença houve por bem em substituir a pena de

reclusão pela de detenção, "levando em consideração que os agentes possuem passagens criminais não contabilizadas pela ausência de certidões e as ações foram praticadas em concurso de agentes, fatores que não recomendam a diminuição da pena ou a substituição por multa" (e-STJ fl. 34). Dessume-se, do excerto, que há fundamentação idônea a estabelecer a indigitada substituição, consoante jurisprudência já firmada no âmbito desta Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FURTO PRIVILEGIADO. ALTERNATIVAS DO ART. 155, § 2º, DO CÓDIGO PENAL. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A aplicação da minorante abre um leque de possibilidades para o magistrado, que deve fundamentar a escolha que faz entre as alternativas legais: a) substituir a pena de reclusão por detenção; b) diminuir a pena privativa de liberdade de um a dois terços; c) aplicar somente a pena de multa.

2. **A presença da qualificadora do concurso de agentes é fundamento idôneo para a aplicação da fração de 1/3 na redução da pena pelo privilégio no furto. Precedentes.**

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no HC 447.500/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2019, DJe 27/06/2019, grifei.)

[...]

FURTO MAJORADO. PRIVILÉGIO DO § 2º DO ART. 155 DO CP. POSSIBILIDADE. SÚMULA 511 DESTE STJ. QUALIFICADORAS OBJETIVAS. PEQUENO VALOR DA RES FURTIVA. PRIMARIEDADE TÉCNICA. FIXAÇÃO DE 1/3 (UM TERÇO). RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. O privilégio estatuído no § 2º do artigo 155 do Código Penal é compatível com as qualificadoras do delito de furto, desde que sejam de ordem objetiva. Exegese da Súmula 511 deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Sendo de pequeno valor a res furtiva e verificando-se que a qualificadora do delito é de natureza objetiva - concurso de agentes - de rigor a concessão da ordem para reconhecer e aplicar o instituto do furto privilegiado, não se prestando a justificar a não aplicação da benesse condenações com trânsito em julgado posterior ao fato em análise. Precedentes.

3. **Observadas a presença da qualificadora do concurso de agentes e a primariedade técnica do paciente, fixa-se a fração de redução da sanção em 1/3 (um terço).**

[...]

Superior Tribunal de Justiça

2. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para reformar o aresto impugnado e reduzir a pena imposta para 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semiaberto.

(HC 372.192/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 16/02/2017, DJe 22/02/2017, grifei.)

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator